



Tendências da Pesquisa
Brasileira em
Ciência da Informação

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO ESPAÇO PÚBLICO¹

*THE MEDIATION OF INFORMATION IN THE FIGHT AGAINST VIOLENCE
AGAINST WOMEN IN PUBLIC SPACE*

Beatriz de Oliveira Benedito²

Marcela Arantes Ribeiro³

Luana Maia Woida⁴

Resumo: Esse artigo apresenta como objetivo inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina em espaço público de poder. Para tanto, utiliza-se a concepção de mediação da informação proposta por Almeida Júnior (2015) e nas discussões de gênero fundamenta-se em Biroli (2010; 2016) e outros. Sendo uma pesquisa bibliográfica com levantamento documental, qualitativa, do tipo descritiva e exploratória, a coleta de dados limita-se ao relatório MonitorA. A interpretação e as inferências demonstram a transversalidade das reflexões de gênero com a mediação da informação na consolidação do enfrentamento às desigualdades presentes nas instituições políticas. Percebe-se que as críticas e julgamentos que são destinados às mulheres são sempre mais enfáticas e onerosas do que para o sexo masculino, cuja diferença é que as redes sociais se tornaram um espaço extremamente complexo para

¹Texto submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXI ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - 50 anos de Ciência da Informação no Brasil: saberes, diversidade e transformação social.

² Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp). b.benedito@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2873-6653>.

³ Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp Marília). Técnica em Assuntos Educacionais na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). marcela.arantes@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4135-9725>.

⁴ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Faculdade de Filosofia e Ciências (Unesp). Docente do Programa de Pós-graduação em Administração UEL e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI-Unesp. luana.m.woida@unesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3621-9154>.

a ascensão e empoderamento feminino, revelando a existência das raízes machistas que organizam as relações sociais, e agora, se mostram nas redes da *internet*.

Palavras-Chave: Mediação da Informação. Apropriação da Informação. Diversidade. Violência.

Abstract: *This paper aims to interrelate the process of information mediation of the woman representation in a public space of power. For this purpose, the concept of information mediation proposed by Almeida Júnior (2015) is used and gender discussions are based on Biroli (2010; 2016) and others. It is a bibliographical research that include documental, qualitative, descriptive and exploratory analyses, and the data collection is limited to the MonitorA report. The interpretation and inferences demonstrate that there is transversality between gender reflections and information mediation in order to face the inequalities present in political institutions. It is perceived that the criticisms and judgments about the women are always more emphatic and costly than for men. The paper concluded that social networks have become an extremely complex space for the rise and empowerment of women, and revealing the existence of the roots of machismo that organize social relations, and now, are shown in internet networks.*

Keywords: Information Mediation. Information Appropriation. Diversity. Violence.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tem três eixos de recorte, a saber: a presença da mulher no espaço de poder, em particular, o âmbito político institucional, o ambiente virtual e as redes sociais como novos espaços para a disseminação de violência contra a mulher, demonstrado no relatório MonitorA: relatoria sobre a violência política online em páginas e perfis de candidatas (os) nas eleições municipais de 2020. E, por fim, a mediação da informação no enfrentamento da violência política e de gênero.

Desse modo, no procedimento de inter-relacionar as abordagens apresentadas tem-se a concepção de mediação da informação proposta por Almeida Júnior (2015), apresentando os caminhos conceituais para a interferência do profissional da informação para fins de conduzir a apropriação de uma informação por parte do usuário da informação, bem como gerar outras demandas informacionais. Por outro lado, ao considerar o campo teórico inerente a representação feminina, somada, a violência política contra as mulheres, tem-se, Biroli (2016), Beaudoux (2017) e Krook (2017), que apresentam esse cenário a partir da retórica vinculada à (re) produção dos estereótipos de gênero.

Assim, considera-se que

A violência de gênero, também denominada em outras legislações feminicídios, inclui todo tipo de violência: a violência sexual, a laboral, o assédio sexual, o assédio em função do sexo, a econômica, baseada no empobrecimento das mulheres depois de um divórcio (MURILLO, 2020, p. 254).

Mediante isso, esse artigo parte do seguinte questionamento: é possível um papel da mediação da informação no enfrentamento da violência política contra as mulheres nos ambientes virtuais?

Assim, o objetivo geral consiste em inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina no âmbito político, a partir do enfrentamento da violência política contra a mulher. Infere-se que, o alcance desta pesquisa transversaliza as discussões tanto de gênero como no campo da Ciência da Informação contribuindo de forma interdisciplinar no âmbito científico e destacando o social por elencar a busca pela justiça social.

Visando identificar a produção da Ciência da Informação acessível via Brapci e compatível com o tema proposto neste artigo, realizou-se uma busca no dia 24 de fevereiro de 2022, usando as palavras ‘mulher’, ‘política’ e ‘mediação’, obtendo-se a recuperação de um artigo publicado em 2021 de título: ‘Mulheres negras vítimas de violência doméstica: visibilidade dada sobre a temática na Biblioteconomia e Ciência da Informação’. Ao realizar uma nova busca com as palavras ‘feminino’, ‘política’ e ‘mediação’, não se obteve resultados. Uma terceira busca foi realizada na sequência com as palavras-chave ‘mediação’ e ‘política’, usando como critério que as palavras aparecessem no título, o resultado foi a identificação de quatro documentos, cujos títulos são: ‘Economia política da internet, mediação e jornalismo: para a crítica da comunicação e da tecnologia’; ‘Mediação de Vídeos pelo YouTube: Política Conectiva na Comunicação de um Partido e de dois Movimentos Sociais’; ‘Mediação da informação e comunicação no Facebook: desempenho do candidato Rui Palmeira à Prefeitura de Maceió em 2016’; ‘Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social’. Quando a busca é realizada com os termos ‘mediação’ e ‘mulher’, recuperam-se dois textos, com os títulos destacando a violência contra as mulheres: ‘Mediação da informação e violência contra as mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes’; e, ‘Violência contra as mulheres e a mediação do/a bibliotecário/a – Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes’. Por fim, uma busca foi realizada usando-se os termos ‘violência’, ‘política’ e ‘mulheres’, recuperando-se três textos: ‘Mulheres negras vítimas de violência doméstica’ – recuperado anteriormente; ‘O twitter como dispositivo de mediação da informação em períodos eleitorais: análise das eleições de 2014 em Alagoas’; ‘A mediação da Informação e o protagonismo de Mestres da Capoeira Angola como chave no processo de promoção giro-decolonial’.

Os resultados das buscas realizadas na Brapci indicam que os textos foram produzidos a partir de 2017, mostrando que a relação entre os temas na área passou a resultar em publicações nos últimos anos e que a abordagem ou tratamento dado parece não ter incluído a mediação no âmbito da atuação política das mulheres e a violência que sofrem nesse meio.

Assim, a pesquisa foi realizada considerando a abordagem qualitativa (VALENTIM, 2005), sendo uma pesquisa do tipo descritiva-exploratória (GIL, 2002) e, caracterizando-se como bibliográfica com levantamento e análise documental. Desse modo, a pesquisa bibliográfica é descrita por Lima e Miotto (2007) como sendo “um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”.

Salvador (1986 *apud* LIMA; MIOTTO, 2007, p. 40) sugere que a pesquisa bibliográfica seja executada em quatro fases: elaboração do projeto de pesquisa, destacando-se a formulação do problema; investigação das soluções, consistindo na coleta da documentação que ocorre tanto na identificação da bibliografia como nas informações contidas na bibliografia; análise explicativa das soluções, que implica na análise da documentação, ou seja, significa que o pesquisador buscará explicar e justificar os dados ou informações selecionados na fase anterior; por fim, Síntese integradora, trata-se da apresentação da reflexão, de proposições de solução ao (s) problema (s) de pesquisa (s) e de síntese, resultado da análise realizada na fase anterior.

Tomando como base os procedimentos sugeridos por Lima e Miotto (2007), os procedimentos adotados para executar a pesquisa bibliográfica foram: determinar os temas da pesquisa; buscar materiais bibliográficos entre livros, artigos, teses, dissertações que abordem o tema; tempo cronológico de recorte do material não estipulado; leitura interpretativa, momento de “relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta”; por fim, apresentação dos elementos caracterizadoras do objeto de estudo. Desse modo, os materiais bibliográficos foram selecionados e integrados à pesquisa considerando que se trata de materiais com citações frequentes.

Na análise proposta, nota-se a importância da permanência do enfrentamento à violência contra a mulher no espaço de poder, especificando o político, bem como em todas as relações da sociedade brasileira, algumas das quais constam nos textos produzidos e recuperados junto à Brapci.

2 MULHERES E POLÍTICA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Articular sobre a participação da mulher no universo político, em geral, significa ressaltar inúmeras condições de exclusão e marginalização. A questão da ínfima presença de representantes femininas, bem como minorias étnicas e sexuais, trabalhadores etc., tem representado na maior parte da história uma problemática acentuada de primeira grandeza, sobretudo, um quadro enfático e oneroso de desigualdade e sub-representação. As profundas distinções entre homens e mulheres, somadas à divisão sexual do trabalho, sempre impulsionaram as condições de subalternidade e privação da mulher na sociedade, em muitos casos, privando-a ou limitando seu acesso aos direitos econômicos, políticos, educacionais e laborais.

Durante décadas, as mulheres vêm lutando e buscando desafiar os antagonismos da dominação masculina, e também, romper com a forma de organização das relações de inferiorização da mulher (o machismo ou patriarcado). Sob a denominação de feminismo, elas se rebelaram contra sua condição imposta tanto pela sociedade, como por meio da Inquisição da Igreja Católica, lutaram por liberdade e por seus direitos, porém “muitas pagaram com suas próprias vidas” (PINTO, 2010, p. 15). O processo de participação política da mulher tem origem no movimento feminista, que surge em meados do século XVIII, período marcado pela Revolução Francesa.

Embora nessa época tenha havido severas imposições sociais, políticas e culturais que privavam a participação da mulher na esfera pública francesa, o ativismo das mulheres que rompiam com essas barreiras segundo Schmidt (2012), direcionavam-se para as atividades da Assembleia, através de gritos, aplausos, pressões populares, e ainda, comportamentos vinculados à divergência de opiniões entre mulheres e parlamentares. Em 1793, devido às altas taxas de manifestações de mulheres, a sociedade francesa proibiu esse tipo de ativismo, bem como, a participação em convenções políticas, e mesmo assim, as vozes delas não foram totalmente silenciadas. Com isso, como formas de burlar tal empecilho, grupos de mulheres passaram a reivindicar seus direitos através de panfletos, petições, bem como publicações em jornais, a fim de que seus esforços trouxessem retornos significativos que rompessem com a condição da mulher na sociedade francesa.

O nome de Olympe de Gouges (1748-1793) se destaca nesse enquadramento da história da França, uma vez que escreveu o documento mais importante como forma de oposição a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a saber: a Declaração dos Direitos da Mulher e Cidadã (MIGUEL, 2014). Na Inglaterra a primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, as feministas conhecidas como sufragetes organizaram-se inicialmente em busca do direito ao voto, sendo conquistado em 1918 no Reino Unido (PINTO, 2010). Já no Brasil, o movimento feminista é manifestado publicamente em 1910 (COSTA; SALDENBERG, 2008), sob a liderança da cientista e bióloga Bertha Lutz. O direito ao sufrágio feminino das brasileiras é conquistado em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral Brasileiro (PINTO, 2010).

Em 1993, tem-se o primeiro pleito eleitoral oficial de mulheres como eleitoras e candidatas à Assembleia Nacional Constituinte, entretanto, uma única mulher foi eleita, Carlota Pereira de Queiroz, a primeira deputada federal do país. Além disso, de acordo com a Oxfam Brasil (2021, p. 43), em 1994, uma mulher assume o cargo de governadora do governo do Maranhão (MA), Roseana Sarney, e “desde então, tivemos 11 mandatos de governadoras eleitas (incluindo reeleições), com um total de oito governadoras. Dos 11 mandatos, sete foram na Região Nordeste, dois na Norte, um na Sudeste e um na Região Sul”. Hoje, na atual legislatura da Câmara dos Deputados, o quadro de representantes femininas é exemplo de desigualdade, somando apenas 15% do total, com 77 mulheres como deputadas federais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Ampliando essa discussão para o âmbito internacional e considerando essa porcentagem de mulheres na Câmara dos Deputados, segundo o *ranking* mundial e anual do *Inter-Parliamentary Union* – IPU Parline/União Interparlamentar – UIP (2021), o Brasil ocupa a 142ª posição da lista de participação das mulheres no parlamento (são analisados 190 países). No que se refere aos cargos do ministério, o país encontra-se na 144ª posição. Ainda nessa discussão, o levantamento de dados do *World Economic Fórum* (2020), evidencia que, somente 25% das mulheres são congressistas em 153 países no mundo, 21% são ministras e 47% dos países já tiveram uma mulher como chefe de estado nos últimos 50 anos (Figura 1).

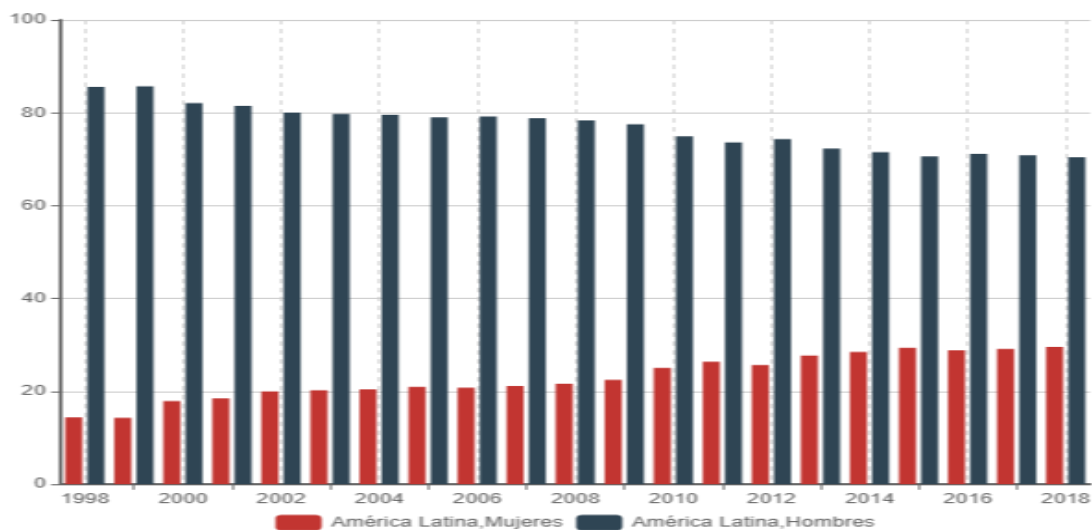
Figura 1 – empoderamento político das mulheres



Fonte: World Economic Fórum (2020).

Os dados da Cepalstat da *Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (CEPAL), mostram que na região da América Latina tem-se em ritmo lento, uma pequena evolução da participação das mulheres na política, tal como mostra o Gráfico 1 e 2.

Gráfico 1 – evolução das mulheres eleitas na política na América Latina



Fonte: Cepalstat – Cepal Nações Unidas (2022).

Mediante os dados acima, é plausível afirmar que a esfera política continua sendo um universo masculino. Comumente, a presença majoritária de representantes políticos masculinos, de meia idade, heterossexuais e de classe média alta, se trata de um traço presente na maioria das sociedades, mesmo que apresentem pequenos/ínfimos avanços na inserção da mulher neste espaço decisório. De modo simples, pode-se discutir esse cenário desigual a partir de algumas reflexões, entre elas, destaca-se Araújo (2001; 2016), que articula sobre a utilização das cotas políticas ou partidárias em sistemas eleitorais de lista aberta.

Em resumo, o Brasil é um dos países que fazem uso do sistema eleitoral de representação proporcional com lista aberta. Neste tipo de sistema, o eleitor vota exclusivamente no candidato e “não numa lista fechada e ordenada previamente pelo partido” – sistema de lista fechada (ARAÚJO, 2001, p. 19). Desta forma, o processo de eleição é individual, em outros termos, centralizado no candidato ao cargo almejado, “ocorrendo uma individualização das campanhas que contribui para enfraquecer os partidos políticos”, tal como infere Sacchet (2020, p. 75). Assim sendo, Araújo (2016, p. 41) explica que “a lista aberta pode garantir a cota mínima de candidaturas, mas não assegura relações de causa e efeito entre maiores números de candidatas e maior número de eleitas”, em outros termos, há evidências contundentes de que a possibilidade de inúmeras desigualdades/disparidades “entre a composição das listas de candidatos e do parlamento é bem maior”, conforme pontua Miguel (2000, p. 99).

Outra perspectiva é constatada por Biroli (2016, p. 23), que tem como ponto de partida a divisão sexual do trabalho, um dos principais elementos que incidem na baixa representação política de mulheres. Refletindo sobre isso, para a autora na divisão sexual do trabalho, em geral, se definem os possíveis empecilhos do dia a dia “que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens”. Isto é, na forma em que as construções e relações de gênero encontram-se assentadas, na maior parte da história. Como mulheres, temos a denominação de trabalho de mulher, competência de mulher e lugar de mulher – o espaço privado e reprodutivo, praticamente uma síntese da idealização da mulher cuidadora e protetora *versus* o espaço público relacionado ao universo masculino, o âmbito produtivo que produz valor (BIROLI, 2016; ARAÚJO, 2020). Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho está conectada com a desigual distribuição de atividades não remuneradas entre homens e mulheres, resultando na “alocação desigual de recursos fundamentais para” a participação da mulher na política, em destaque, “tempo livre e renda” (BIROLI, 2016, p. 23).

Nessa mesma linha de raciocínio, tem-se Beaudoux (2017), que ao discutir essa temática avança trazendo uma retórica inerente aos dispositivos de discriminação baseados nos estereótipos de gênero, e ao mesmo tempo, contestando a influência dos meios digitais e de comunicação na disseminação e (re) produção das narrativas

misóginas e sexistas, oriundas dos modelos formais de dominação masculina. É possível compreender que, nas condições atuais, os instrumentos de comunicação, como as mídias, organizam a interatividade entre os indivíduos. Logo, infere-se que, a fragilização na inserção da mulher nos espaços políticos é potencialmente influenciada pela propagação de discursos machistas, bem como, de *Fake News*, cuja finalidade é interferir tanto na vontade popular, como na inserção feminina ao âmbito político institucional.

Krook (2017) complementa esse cenário com a violência política contra as mulheres (VPCM) ao associarem os estereótipos de gênero à sexualização de seus corpos. Essa reflexão apresentada pela autora, que sinaliza se tratar de problema relativamente enraizado na sociedade moderna, é reforçado pelos meios digitais, em que “[...] se convertem então em um fator central da violência entre diversas fontes de poder” (KROOK, 2017, p. 56) preservando o privilégio e a monopolização masculina nas esferas políticas. Mulheres que forjam com os padrões impostos pela sociedade, sofrem frequentemente com múltiplos mecanismos de discriminação, preconceito e opressão. É nesse contexto que a autora supracitada chama a atenção, pois, os estereótipos de gênero, são os principais entraves enfrentados pelas mulheres na política. No entanto, é importante enfatizar que, “o significado destas ações [...] não estão dirigidas somente contra uma mulher. Na realidade, buscam intimidar outras mulheres na política” (KROOK, 2017, p. 56), reafirmando aquilo que já é apresentado pela história, que o território político é pertencente unicamente aos homens, em particular, brancos, de classe média ou burguesa.

3 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UMA ANÁLISE DO RELATÓRIO MONITORA

Antes de adentrar os dados do relatório MonitorA, evidencia-se o conceito de mediação da informação apresentado por Almeida Júnior (2015, p. 25),

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais.

No cerne do conceito tem-se a ação de interferência com o objetivo de conduzir para apropriação de informação gerando conflitos e outras demandas informacionais. Nesse sentido, compreende-se a mediação da informação como um processo contínuo, executada por um terceiro elemento que age entre a (o) usuária(o) e determinado objeto, buscando atender temporariamente as demandas informacionais dessa (e) usuária (o). Amplia-se a interpretação conceitual no que tange os pontos: indireta, inconsciente, plural ou coletiva, por compreender que as ações de interferência podem ultrapassar a relação direta com a (o) usuária (o) ampliando para o coletivo.

A mediação da informação inter-relaciona o fazer do profissional da informação, as relações e vivências dos sujeitos com o espaço, especificamente com os equipamentos informacionais, e, a (o) usuária (o) da informação, seja no individual ou no coletivo. Essa última abordagem identifica-se no processo de mediação da informação na especificação da apropriação da informação, sendo essa realizada por um sujeito social.

Especificando as subjetividades desse fazer do profissional da informação, o planejado pelo profissional, bem como a disseminação da informação, a mediação da informação torna-se o processo de constituição, continuação e/ou reconstrução da informação, ao considerar essa como um fenômeno sociocultural que representa as demandas momentâneas dos usuários da informação, ou seja, dos sujeitos sociais que são constituídos historicamente. Nesta argumentação, Gomes (2021, p. 115-116) corrobora ao afirmar que “o espaço da experiência é gerador de sentidos, nele são formulados conceitos que se interpenetram na construção do conhecimento tácito e que integram o conhecimento historicamente construído nas existências singulares de cada sujeito”.

Assim como Almeida Júnior (2015) a autora apresenta a importância das relações e ambientação no espaço no processo de interação do indivíduo, impulsionando a construção de sentido e significado para a informação por parte da (o) usuária (o). Há de se destacar a construção historicamente das relações que transpassa tempos e perduram na atualidade sendo importante analisar as ações de mediação da informação para fins de fortalecimento ou enfrentamento a essas informações, sentidos e conceitos que ultrapassam o passado e adentram no presente. As ações de mediação

da informação quando disseminadas, seja no âmbito individual ou coletivo, geram a expectativa de vir a impulsionar transformações sociais que ressignificam as informações atendendo as demandas informacionais momentaneamente.

Nas relações “o olhar do outro é construído não só do que ele vê, mas dos seus conceitos, suas ideias, suas concepções, suas explicações do mundo, suas experiências, suas vivências (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 12). Assim, reforça a compreensão de que as ações e interações no processo da mediação da informação ocorrem direta, consciente, singular e individual, podendo transversalizar em outras relações de forma indireta e inconsciente alcançando a pluralidade de sentidos e a coletividade de grupos sociais, afinal “o ser humano, ao resgatar um conceito elaborado no passado, sempre será conduzido à sua ressignificação, até mesmo em função do contexto histórico distinto” (GOMES, 2021, p. 116).

Nessa dinâmica social, as informações passam por interpretações e disseminam novas formulações, outros conceitos e reorganizam as relações na sociedade, dito isso, reafirma a ação de interferência, ocorrida no processo de mediação da informação, seja visando diretamente o individual ou o coletivo, que impulsionam as possíveis mudanças na sociedade.

Ao compreender que as pessoas se relacionam e no processo de interação há embates e possibilidade de alterações nos posicionamentos diante de comportamentos construídos historicamente e fortalecidos socialmente, tem-se em Almeida Júnior (2015, p. 12) a concepção de que “as informações que recebemos do mundo, sejam elas mediadas por terceiros ou sensoriais [...], nos levam a um entendimento, mesmo que inconsciente, desse mundo”. Ao reconhecer que as informações que o sujeito social recebe, ou seja, tem acesso à informação disseminada, conduz para determinado entendimento das relações, cabendo a (o) usuária (o) interpretar e analisar essa informação atribuindo sentido a ela, neste ponto, destaca-se que a construção da informação recebida pode ser impulsionadora no processo de interpretação desta, por isso, evidencia a necessidade de enfrentamento a determinadas informações que circulam nas relações sociais que perpassam pelas desigualdades socioculturais construídas historicamente.

Nessa argumentação tem-se a importância de “compreender não como a informação se desloca e/ou chega até o usuário - mas as implicações e decorrências desse processo contínuo e complexo” (SANTOS NETO; ALMEIDA JÚNIOR, 2020, p. 14). Assim, na subjetividade das relações sociais visualiza-se que a mediação da informação, planejada e executada a partir de um processo de ações, apresenta efeitos contínuos e complexos na sociedade. Dito isso, há de se considerar as implicações em decorrência de disseminação de determinadas informações, sejam positivas ou negativas, fazendo parte então da tomada de decisão por parte do (s) mediador (es).

Com base nessa perspectiva, tem-se a contextualização e os efeitos da informação no que tange as implicações nas relações entre os indivíduos da sociedade. Assim, tem-se em Gomes (2021) a argumentação sobre a organização e o acesso às informações envoltas aos fenômenos das expressões que representam as experiências vividas pelos sujeitos em determinados contextos históricos. Assim, tem-se as informações como fluidas, no sentido de tornar-se informação quando apreendida, apropriada, pela (o) usuária (o) seja de forma consciente ou inconsciente.

Ao considerar o processo inconsciente de apropriação da informação deve-se considerar os tipos de relações na sociedade. Nesse sentido, a mediação da informação foi explicitamente ou implicitamente, especificando tem-se que “nas relações que exigem a presença do usuário, fisicamente ou não estamos no âmbito da Mediação Explícita. Já nas ações em que essa presença não é obrigatória, como nos fazeres relativos ao armazenamento e organização, estamos no âmbito da Mediação Implícita” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 16). Assim, o processo de Mediação da Informação é contínuo e, compreende-se que a partir das ações da Mediação Implícita tem-se o impulsionamento para a Mediação Explícita, por isso, ao reconhecer que documentos como relatórios que materializam possíveis informações a partir das escolhas do mediador (res) são elementos que atuam na Mediação Explícita ao serem disseminados nas relações como usuário, interferindo no processo de compreensão e posicionamento desse sujeito na sociedade.

Outro ponto identificado é a possibilidade de disseminação para além da relação direta do mediador (es) com o usuário, pois, uma vez produzidas informações que possam ser disseminadas na presença ou não do usuário, tem-se a fluidez da informação

na sociedade, neste ponto destaca-se, ainda, a relação entre sujeitos que compartilham e ressignificam as informações organizadas no âmbito da Mediação Implícita. Sendo assim, as relações na sociedade construídas historicamente e socialmente modificam, transformam e constroem outras informações e/ou significados para as informações, tais ações estão na fluidez do processo de mediação da informação, compreendido nessa pesquisa no âmbito das discussões da Ciência da Informação.

Almeida Júnior (2015, p.14) compreende que “as informações que satisfazem uma necessidade informacional estão espalhadas, perdidas no universo informacional. É preciso organizá-las, armazená-las, prepará-las para que possam ser recuperadas”. Direcionando para as informações espalhadas no universo informacional compreende-se o processo histórico de construção dos indivíduos para as relações em sociedade, dito de outra forma, as informações que são construídas no processo de interação com o outro são determinantes para o comportamento do ser humano em sociedade.

Nessa argumentação, uma vez reconhecida que a informação é construída, torna-se viável a (re)significação e a (re)construção das informações no sentido de atender as demandas contemporânea. Assim, destaca-se a importância de se ter o processo para recuperação das informações, seja no sentido de fortalecê-las ou de enfrentá-las, conduzido para outras relações na sociedade.

Nesta pesquisa e inter-relacionando as informações sobre gênero, defende-se a importância do processo de mediação da informação no enfrentamento as informações sobre violência contra as mulheres no espaço político. Assim, há de conduzir ações mediadoras que possam disseminar essa realidade, bem como enfrentar e reconstruir concepções de lugar na mulher na sociedade, especificamente, consolidando concepções que naturalizam a mulher em todos os espaços sociais, dentre eles o espaço político.

Nesse sentido, analisa-se os dados apresentados no relatório MonitorA (2021) como um potencializador para disseminação da informação sobre esse tipo de violência, de carácter social por estar vinculada a comportamento socialmente construído que molda historicamente a cultura da sociedade brasileira. No processo de mediação da informação, no contexto dessa pesquisa, demonstra a singularidade da questão informacional voltada para a discussão de enfrentamento às condições de produção

cultural da representação da mulher na sociedade, demonstrando a necessidade de medidas informacionais de enfrentamento que gerem outras condições socioculturais para a mulher em todos os espaços da sociedade.

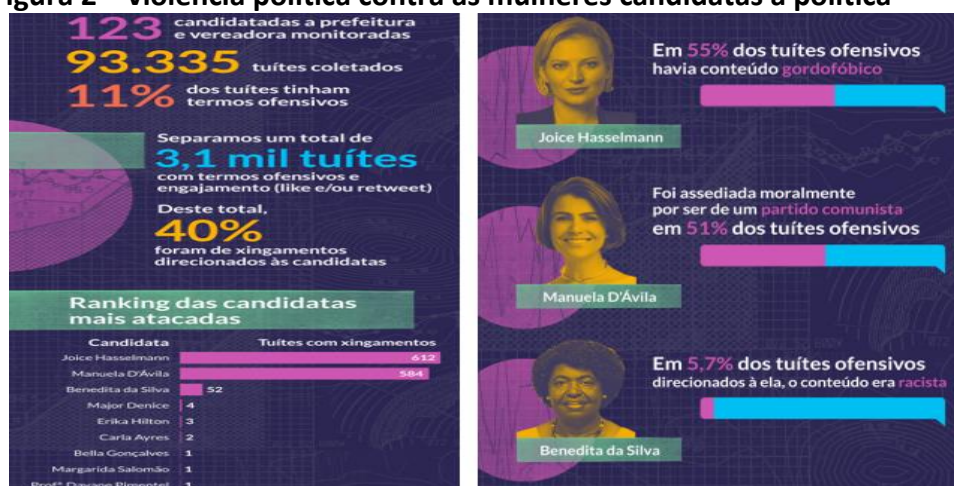
Para tanto, e retomando ao objetivo geral de inter-relacionar o processo de mediação da informação com a representação feminina no âmbito político, a partir do enfrentamento da violência política contra a mulher far-se-á uma apresentação da violência política sofrida pelas mulheres nos ambientes digitais sinalizando o processo de mediação da informação no enfrentamento desse cenário enfático.

Dito isso, tem-se o relatório MonitorA (2021), que consiste em uma análise interpretativa e descritiva relacionada aos termos discriminatórios direcionados às mulheres no pleito eleitoral. Os dados coletados são compostos pelos ataques presentes nos seguintes ambientes digitais: *Twitter*, *Instagram* e *Youtube*. Seguindo essa ordem, no *Twitter* foram coletados 1.610.932 comentários, sendo que, 8,8% são ofensivos. No *Instagram*, encontraram 632.170 comentários, de 43.886 publicações, resultando em 9,8% expressões ofensivas, e por fim, no *Youtube* é representado por 50.361 comentários de 1.800 vídeos e 9,8% continham termos ofensivos. Diante desse cenário, a ação de interferência no processo de mediação da informação se caracteriza pela construção, visibilidade e disseminação dessas informações que constam no relatório, bem como a demonstração de uma abordagem temática com relevância social por tratar da diversidade sociocultural brasileira.

Enfatiza-se a/o mediadora/o em Côrtes, Alves e Silva (2015, p. 62) no que tange a “produção de conhecimentos a respeito da violência contra as mulheres, não se reduz a uma questão técnica, configura-se como prática social imprescindível para a democratização das relações de gênero e a efetivação dos direitos humanos das mulheres”.

Desse modo, a figura abaixo apresenta alguns dados referentes a análise do MonitorA:

Figura 2 – violência política contra as mulheres candidatas a política



Fonte: Extraído do RELATÓRIO MONITORA (2021, p. 29).

A figura acima condiz com os dados interpretativos coletados no Twitter, em que o universo é composto por 147 candidatas, concorrendo aos cargos de vereadoras, prefeitas e vice-prefeitas. Nesse universo de entrelaçamento das ambiências informacionais, as redes sociais, descritas no relatório e compreendendo esse último como um equipamento informacional, identificam-se os espectros ideológicos defendidos pelas personagens de forma diversa, isto é, desde a direita, até o centro e esquerda. Ao analisar a figura, percebe-se que a taxa de ofensa é de 40%, o que impulsiona a necessidade do processo de mediação da informação para o enfrentamento a essa situação, enfatizando principalmente o interesse de disseminar esses dados no sentido de dar visibilidade a essa realidade, gerando outras ações para construção de um estado melhor nas relações sociais no espaço político.

Outro ponto em destaque é que as candidatas mais afetadas são Joice Hasselmann (612 tuítes de xingamento) do Partido Social Liberal (PSL), Manuela D'Ávila (584 tuítes de ofensa) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Benedita da Silva (52 tuítes de termos ofensivos) do Partido dos Trabalhadores (PT).

No geral, as principais expressões tuitadas e identificadas pelo relatório ao se referir as candidatas são: comunista (284), peppa (278), porca (47), burra (45), ridícula (34), falsa (23), idiota (22), entre outras. Com essa identificação das expressões nesse processo de mediação da informação, identifica-se a intersecção na necessidade de conduzir a apropriação de informação, no sentido de enfrentamento dessa realidade, pois, “[...] visando a apropriação de informação que satisfaça parcialmente e de maneira

momentânea uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 25).

Nesse caso, compreende-se a satisfação no confronto a essa situação, uma vez que a partir da apropriação da informação torna-se possível planejar e executar ações de interferência para mudanças nesses comportamentos sociais, especificamente a presença da mulher em espaços de poder. Assim, ao notar que tais expressões utilizadas, demonstram um vocabulário peculiar, posicionando a mulher a uma condição subalterna, ao mesmo passo que, associam as representantes políticas a características desfavoráveis para exercer um cargo de poder e prestígio social.

Nessa mesma lógica, é eloquente também, que tais expressões, foram usadas ao longo da história para deslegitimar ou menosprezar a mulher, mesmo que ela ocupe uma posição extremamente alta na pirâmide econômica ou social. Ao pensar a análise das expressões identificadas de forma contextualizada, a apropriação da informação perpassa pela compreensão de que a informação “carrega embates, lutas por poder, por dominação, por imposições de conceitos e verdades” (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p. 12).

Assim, compreende-se que as razões que levam a utilização destes tipos de expressões, são as mesmas que nas interações sociais, que são: desqualificar o trabalho da mulher, em virtude do desconforto de ver o sexo feminino rompendo com as barreiras de estereótipos, e conseqüentemente, se ascendendo profissionalmente e politicamente. Krook (2017, p. 56) questiona que, esses ataques, carregam consigo o mesmo sentido de compreensão, “fazer com que o trabalho político da mulher, seja tão difícil e frustrante, reduzindo as possibilidades delas se realizarem em seus trabalhos de forma eficiente”. O principal problema é que certos tipos de comportamentos continuam sendo naturais em vários grupos sociais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência presente em diferentes espaços nos quais as mulheres frequentam explicita também a presença de condições sociais para sua existência. A paz, a liberdade e a justiça parecem ainda distantes de muitas das situações às quais as mulheres estão

expostas, considerando que há um ambiente informacional que incentiva a produção e disseminação de informações preconceituosas e violentas contra as mulheres. Se amamentam em público, são criticadas. Se expressam opiniões, são ignoradas. Se assumem posturas políticas, são desqualificadas. Constantemente informações distorcidas e inverídicas são usadas por terceiros para atacar as mulheres. No caso de mulheres em cargos políticos, essa situação parece se agravar. As ofensas não se restringem ao cargo ao qual ocupam ou ao partido a que se filiam, sendo lançadas para as características biológicas das mulheres, como idade e peso, mas também para outras esferas lançadas sobre suas capacidades intelectuais e demais papéis que ocupam na sociedade, ou simplesmente por se enquadrarem no gênero feminino.

Por isso, a mediação da informação se torna um instrumento imprescindível no combate à violência, na medida que gera condições para interferir na interação do indivíduo com a informação, conseguindo produzir significado, veracidade e criticidade, impulsionando a compreensão sobre as injustiças e sobre a violência praticada contra as mulheres nos diferentes contextos.

Compreende-se que as críticas e julgamentos que são destinados às mulheres são sempre mais enfáticos e onerosos do que para o sexo masculino, a única diferença é que na atualidade, as redes sociais se tornaram um espaço extremamente complexo para a ascensão e empoderamento feminino, afirmando novamente, a existência das raízes machistas que organizam as relações sociais, e agora, se mostram nas redes da *internet*. Ao identificar essa situação, as ações de mediação dessas informações contextualizadas podem potencializar as mudanças sociais, bem como conduzir para o desenvolvimento de conhecimento ao possibilitar a utilização dessas informações em ações que atuam em prol da garantia do direito social das mulheres, cidadãs, que almejam fazer parte dos espaços públicos da sociedade brasileira.

Pesquisas futuras podem incluir a mediação da informação no combate à violência em diferentes esferas de inserção das mulheres, em especial a laboral, pois são espaços que reproduzem a violência que elas sofrem junto à sociedade. Esse artigo apresentou reflexões para fortalecer o enfrentamento a violência contra a mulher em diferentes espaços relacionais da sociedade, buscando subsídios na interferência proporcionada pela mediação da informação. Os resultados dessa interferência na

interação da informação com o cidadão já sugerem alguns resultados, na medida que se nota mais mulheres ocupam o espaço público da política.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José da. (orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p. 9-32.

ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 9, 2001. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000100014>. Acesso em: 25 maio. 2021.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: mediações entre participação política e representação democrática. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 36-61, abr./jun. 2016. Disponível em:
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23143>. Acesso em: 31 maio. 2022.

ARAÚJO, Clara. Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político. *In*: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (orgs.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. 375p.

BEAUDOUX, Virginia García. De techos, laberintos y precipicios: estereotipos de género, barreras y desafíos de las mujeres política. *In*: FREIDENBERG, Flávia; DEL VALLE PÉREZ, Gabriela Del Valle. (orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina**. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 103-115.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2016. 252 p.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Mujeres concejales electas**. 2022. Disponível em:
<https://statistics.cepal.org/portal/ceppalstat/dashboard.html?theme=4&lang=es>. Acesso em: 31 maio. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Bancada feminina na câmara será composta por 77 deputadas na nova legislatura**. 2019. Disponível:
<https://www.camara.leg.br/noticias/550935-bancada-feminina-na-camara-sera-composta-por-77-deputadas-na-nova-legislatura/> Acesso em: 25 maio. 2021.

CORTES, Gisele Rocha; ALVES, Edvaldo Carvalho; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, ANCIB, v. 8, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/119584>. Acesso em: 11 jun. 2021.

COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. O feminismo no Brasil: retrospectivas à evolução do feminismo. *In*: COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 23-50.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Henriette Ferreira. Informação, estudos e fazeres: travessias assertivas da mediação e suas dimensões como fundamento da ciência da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.26, n.4, p.109-145, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44557>. Acesso em: 28 maio. 2022.

INTER-PARLAMENTARY UNION – IPU PARLINE/UNIÃO INTERPARLAMENTAR – UIP. **Monthly ranking of women in national parliaments 2021**. Disponível em: <https://data.ipu.org/women-ranking?month=5&year=2021>. Acesso em: 31 maio. 2022.

KROOK, Mona Lena. ¿Qué es la violencia política? El concepto desde la perspectiva teórica y la práctica. *In*: FREIDENBERG, Flávia; DEL VALLE PÉREZ, Gabriela Del Valle. (orgs.). **Cuando hacer política te cuesta la vida: estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina**. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2017. p. 45-73.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálises**, v.10, n. esp., p.37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt> Acesso em: 28 maio. 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política. *In*: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (orgs.). **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 17-30.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria política e liberalismo: o caso das cotas de representação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.15, n.44, p. 91-102, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4149.pdf>. Acesso em: 31 maio. 2022.

MURILLO, Soledad. Violencia de género. *In*: COBO, Rosa; RANEA, Beatriz. (eds.). **Breve Diccionario de feminismo**. Madrid: Catarata, 2020.

OXFAM BRASIL. **Democracia inacabada**: um retrato das desigualdades brasileiras. 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdadesbrasileiras/democracia-inacaba>. Acesso em: 31 maio. 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624> Acesso em: 31 maio. 2022.

RELATÓRIO MONITORA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-PT.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANCCHET, Teresa. A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais. *In*: BIROLI, Flávia; TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Carla; HOLLANDA, Cristina Buarque de; OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (orgs.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020. 375p.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A contribuição de Benoit Hardy-Vallée para os conceitos de mediação da informação. *In*: SÁ, Jéssica Patrícia Silva de; BARBOSA, Andreza Gonçalves; COSTA, Maria Elizabeth de Oliveira; SANTA ANNA, Jorge. (orgs.). **Fundamentos e práticas da mediação no contexto informacional**. Belo Horizonte: ABMG, 2020.

SCHMIDT, Joessane de Freitas. As mulheres na Revolução Francesa. **Revista Thema**, Pelotas, RS, v. 9, n. 2, p. 1-19, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/147>. Acesso em: 31 maio. 2022

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Construção do conhecimento científico. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005. p. 7-28.

WORLD ECONOMIC FÓRUM. **Women's political empowerment**. 2020. Disponível em: <https://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2020/shareable-infographics/>. Acesso em: 31 maio. 2022.